

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM DIÁLOGO ENTRE OS PERCUSOS HISTÓRICOS E AS CONTEXTUALIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Elenice Costa Soares Alves¹
Emanuela Ingrid Da Silva²
Maria Francinaide Gomes De Oliveira³
Maria Hosana Viana Barros⁴
Mayara Cristina Da Costa Lima⁵

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo descrever e estudar a história da educação especial e descrever sobre inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. É possível compreender que a ao longo da vida humana, as pessoas com deficiência passaram por inúmeras situações, sendo estas muitas vezes dolorosas e que custavam a própria vida. Essa temática foi escolhida para que as pessoas que a lerem se conscientizem e tomem conhecimento sobre a história das pessoas com necessidades especiais, tendo como público alvo professores e estudantes da área da educação e todos aqueles que querem aprender sobre educação especial. O estudo desse trabalho foi baseado em grandes obras de autores como Sueli Fernandes (20013), Romeu Sasaki (2006) e políticas públicas brasileiras. O **artigo 205** da Constituição Federal de 1988 diz o seguinte: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O documento, um dos pilares da democracia brasileira, ressalta que a educação é, em primeiro lugar um direito, estendido a todas e todos. Atualmente, a educação especial tem sido base de estudos de grandes cientistas, pesquisadores, professores e graças aos diversos avanços, a pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), hoje podem contar com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), na qual garante ao cidadão sua inclusão na sociedade e também nas escolas. Quando nos referimos a inclusão, estamos falando de um campo que vai além das deficiências, nos remetemos a um público que a tempos vem em busca dessa inclusão que é um direito.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Especial. Pessoa com deficiência.

¹ Graduada em Pedagogia pela UNICESUMAR, Pós-graduada em Psicologia Escolar e da Aprendizagem pela Faculdade Atlântico. Email: elenicecsoares@gmail.com

² Graduada em pedagogia pela universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: emanuelaingrid22@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia pela IESM, Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Mestre em Educação pela ISCECAP. Email: naidegomesm@hotmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia pela UERN, Pós-Graduada em Psicopedagogia UFG, Mestre em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade FACNORTE. Email: hosana763@gamil.com

⁵ Graduada em Pedagogia pela UERN, Pós-graduada em Gestão Escolar pela FAVENI. Email: mayaradacosta@outlook.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal objetivo apresentar a história da educação especial e descrever o que é e como acontece a verdadeira inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação (BRASIL, 1996), a educação é um dever do Estado e da família, em que prepara o educando para o exercício da cidadania, deve ser de qualidade e garantir a autonomia do estudante, tem ainda como princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Atualmente, a educação especial tem sido base de estudos de grandes cientistas, pesquisadores, professores e graças aos diversos avanços, a pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), hoje podem contar com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), na qual garante ao cidadão sua inclusão na sociedade e também nas escolas.

A educação especial é uma modalidade transversal de ensino que perpassa em todos os níveis, etapas e em outras modalidades, tendo início já na educação infantil e é prolongada ao longo da vida do educando, conta com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como parte integrante do processo educacional.

Assim, o atual artigo investigara a educação especial e inclusiva, na qual podem ser questionados: Como se deu a história de pessoas com deficiência? Quais os meios para que a inclusão escolar de pessoas com deficiência aconteça? Será que de fato a inclusão escolar acontece dentro das escolas ou é apenas integração do estudante?

O trabalho foi feito em dois capítulos, em que o primeiro descreve como se deu todo o processo histórico das pessoas com necessidades especiais, discorrendo sobre suas lutas e conquistas e o segundo capítulo trata sobre como se deu a inclusão e como de fato ela pode acontecer.

Portanto, a importância da temática é conhecer de que forma a inclusão de pessoas com deficiência se deu no mundo, considerando que sua história é marcada por perseguição, lutas e conquistas e promover a busca de conhecimento.

O tema de educação especial e inclusiva foi escolhido devido a grande necessidade de muitos educadores e até da escola em conhecer e saber como incluir estudantes com Necessidades Especiais Educacionais- NEE e desenvolver

no educando seu desenvolvimento, respeitando suas limitações e levar seus estudantes a praticar e normalizar inclusão social em todos os âmbitos da sociedade. Conforme afirma Fernandes (2013, p. 86), em sua obra Fundamentos para educação especial, “a escola inclusiva só poderá se tornar realidade em um mundo globalmente inclusivo”.

A metodologia aplicada utiliza de análise de documentos em sites, revistas, jornais, relatórios e livros, inclui também Políticas Públicas brasileira; foi utilizado revisão bibliográfica, sobre autores estudiosos do caso como, Sasaki (2006). É importante destacar que o presente artigo utilizou principalmente como base de estudo a autora Sueli Fernandes (2013), em sua obra “Fundamentos para Educação Especial”, além de outros artigos e autores.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIENCIA

Ao olhar para a história da pessoa com necessidade educacional especiais (NEE), é possível compreender que Pessoas com Deficiência (PCD) sempre foram marcadas pela exclusão e segregação em todos os espaços na sociedade. Para compreender a atual educação especial e inclusiva, é preciso entender como se deu esse processo na sociedade, tomando conhecimento da história e entendendo o contexto dessa atual modalidade de ensino.

Segundo Sasaki (2006) a sociedade já passou e ainda passa por diversas transformações e por fases no que tange as praticas sociais. Ainda segundo o autor, ao tracejar uma linha do tempo, o brasil passou pela fase de exclusão social, em que aqueles que eram tidos como “diferentes” não faziam parte da população; em seguida entra o atendimento segregado, que se refere ao atendimento dissociado do restante das pessoas; teve também a integração social, sendo esta uma forma de querer modificar uma pessoa que tinha algum tipo de deficiência para que este pudesse ser inserido na sociedade e ser igual aos demais. Por fim, aconteceu o que temos atualmente que é a inclusão social que são ações que propiciam ao cidadão com deficiência formas de combater sua exclusão.

Fernandes (2013) em sua obra “Fundamentos para educação especial”, descreve alguns marcos históricos que delineiam desde o período em que pessoas

deficientes eram exterminadas até a atualidade em que é discutido a inclusão social desse grupo. Vejamos o que ela diz a respeito:

[...] Alguns marcos históricos que representam períodos de mudanças em relação as concepções concernentes a pessoa com deficiência, a fim de que se compreendam os determinantes sociais que motivaram tais pontos de vista, desde a fase do extermínio dos que nasciam com deficiências, na antiguidade, até o momento atual, em que se discute a inclusão social desses grupos Com base na literatura da área (Brasil, 200; Bueno 1993) sistematizamos quatro grandes fases na história da atenção social a deficiências: o período de extermínio, segregação/institucionalização, integração e inclusão. (2001, p. 33)

A fase do extermínio, que compreende desde a antiguidade até a idade média, as pessoas que não se enquadravam no padrão e eram tidas como diferentes do “normal”, acabavam sendo abandonadas e exterminadas, abandonadas em montanhas e jogados no rio e muitas vezes eram associados a feiticeiros e possuídos pelo demônio.

Com isso, em meados do século XVI foram começando as primeiras iniciativas sociais de proteção e assistencialista a pessoas com deficiência, como asilos e abrigos, dando espaço a uma nova fase da segregação/institucionalização, essa se caracteriza pelo fato de que as pessoas com deficiência eram atendidas em instituições diferentes e específicos como asilos, em que se preocupavam em alimentá-los e os abrigarem e escolas, na qual ofertavam ensinios básicos e oficinas de produção para pessoas com deficiência, a fim de prepara-los para o mercado de trabalho, pois sua mão de obra custava barato. Tais fases foram denominadas como pré-científico, por ter um viés mais religiosos, em que a deficiência era tida como acontecimentos espirituais, Fernandes (2013).

Aconteceu a revolução francesa a igreja foi ganhando cada vez menos espaço e seu poder e influência diminuíram, assim, a ciência estava cada vez mais ganhando espaço e o capitalismo e a industrialização cada vez crescendo, (Ribeira e Mesa, 2018). Segundo Fernandes (2013), com isso foram surgindo médicos e educadores que passaram a se interessar por estes excluídos, ensinando-os e os educando, com isso surge uma passagem do período que segregava para o período que voltou seu olhar para pessoas com deficiência.

Ainda segundo a autora, após o primeiro período, um novo cenário de mudanças ocorreu por volta do século XIX, em que deu início ao período científico, na qual inclui duas fases denominadas de integração e inclusão. Em 1960 espalhou-se pelo mundo um grande movimento social de pessoas que reivindicavam o direito de pessoas com deficientes estudar no mesmo lugar que os demais.

Muitos acreditam que ambas fases são a mesma, porém Sasaki (2005) deixa claro que se opõe a unificação dos termos, embora elas aceitem que o deficiente participe e seja acolhida na sociedade e os insiram no meio social, para o autor a integração é deixar que a pessoa deficiente participe do ambiente, mas este ambiente não vai se modificar e nem tirar as barreiras para facilitar; já a inclusão faz a mudança da sociedade, derrubando as barreiras, para que o PCD participe ativamente.

Na fase da integração acontecia a aceitação, porém a pessoa com deficiência deveria se adequar ao ambiente e não o ambiente a ele, nada seria modificado a necessidade do sujeito; a inclusão foi resultado do avanço da sociedade, em que pessoas se preocupavam em de fato incluir todos, respeitando e dando devida assistência as dificuldades apresentadas pelo indivíduo, sem discriminação.

INCLUSÃO DE EDUCANDOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA

A inclusão somente acontecerá quando cada indivíduo da sociedade tomar consciência do quão importante é respeitar as diferenças e as limitações do outro, agindo de maneira harmoniosa e tendo espírito de ajuda mútua uns com os outros, com isso, a escola tem um fundamental papel para que se torne realidade, ora a escola deve ser lugar de acolhimento das diferenças e também de superação de barreiras, e, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), Barreira é denominada como:

..qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos a acessibilidade, a liberdade de movimento e expressão, à comunidade, ao acesso a informação, a compreensão, à circulação com segurança, entre outras [...].

Ainda segundo a lei, existem vários tipos de barreiras, são elas as barreiras urbanísticas, na qual se tratam dos espaços públicos e privados, em que em suas estruturas físicas não contam com acessibilidade para a pessoa com deficiências, sendo exemplo as calçadas que não possuem rampas; já a barreira arquitetônica, que estão presentes em edifícios públicos e privados, que tem como exemplo espaços que não contam com banheiros adaptados, ou portas largas para pessoas cadeirantes.

Desse modo, temos também outros tipos de barreiras, sendo as barreiras nos transportes, na qual temos como exemplo os rodoviários, que devem ter assentos para pessoas com deficiência e também rampas para facilitar a locomoção destes; barreiras nas comunicações e na informação, em que alguns exemplos são os vídeos e/ou propagandas que não contam com legendas e nem libras; barreiras atitudinais, é uma das mais comuns e tem a ver com as atitudes das pessoas em não incluir uma pessoa com deficiência no meio social, tendo atitudes de preconceito e exclusão. As barreiras tecnológicas são as que dificultam e barram o acesso das pessoas com deficiências às tecnologias.

A educação é um direito de todos e deve ser oferecida pelo Estado e visa três grande pontos como o exercício da cidadania, qualificação para o trabalho e desenvolvimento da pessoa, como garante a Constituição Federal (1988); ainda de acordo com a mesma, em seu artigo 208 cita como um dos deveres do estado para com a educação “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, sendo assim, já não cabe mais ao educando com deficiência uma escola separada dos demais estudantes, que segrega e exclui o estudante com deficiência do convívio social.

Atualmente, as pessoas com necessidades especiais educacionais contam com leis que garantem o direito a uma educação com igualdade de oportunidade, exemplo disso são as tecnologias assistivas, essas tecnologias surgiram para garantir que o educando com deficiência tenha maior independência, proporcionando sua inclusão e facilita o processo de aprendizagem. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) define bem o que é Tecnologia assistiva:

Produtos, equipamentos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem

promover a funcionalidade, relacionada a atividade e a participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015).

As Tecnologias Assistivas (TA), para Garcia (2012) e Galvão (2012), é uma expressão nova, porém já era utilizada há muitos anos, que pode ter sido utilizado até na era da pré-história, como uma simples bengala usada pelos mais velhos e/ou pessoas com mobilidade reduzida e etc., é um recurso de tecnologia assistiva, pois facilita a locomoção de quem precisa. O autor continua afirmando que existem outras diversas infinidades dessas TA e que não precisam ter um custo benefício alto, muitas vezes uma ação simples feita pelo professor em sala de aula para proporcionar inclusão de seu aluno já é considerado uma tecnologia assistiva. Vejamos o que o autor diz a respeito:

Existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presente nessas salas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros; fixação de papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou canetas confeccionados com esponjas enrolados e amarrados [...] além de inúmeras outras possibilidades. (2012, p. 12).

Mesmo com políticas públicas que garantam tais direitos, infelizmente ainda existem funcionários de escolas e professores que não são capacitados para atender um educando com necessidades especiais, sendo questionável a aplicação de tantas iniciativas, pois o mero ato de criar políticas públicas que visam combater a exclusão de pessoas com deficiências não garantem o atendimento necessário com qualidade, é preciso oferecer recursos e orientar como devem ser utilizado esses recursos, fazendo com que o desenvolvimento e inclusão do aluno com NEE seja garantido.

Consoante a isso, o grupo de estudos e pesquisas em educação especial realizaram uma pesquisa na rede municipal em Feira de Santana sobre inclusão escolar na prática pedagógica, foram pesquisados 56 professores do ensino fundamental (1º a 4º série) e a publicação foi feita no livro Educação Inclusiva,

deficiência e contexto social: Questões Contemporâneas. Vejamos o que as autoras Ribeiro (2009) Lima (2009) e Santos (2009), integrantes do grupo de pesquisa, constataram:

Existe um alto percentual de professores (90%) atuando com aluno com Necessidades especiais Educacionais (NEE) sem uma preparação específica [...] observou-se que as atividades desenvolvidas pelos professores, geralmente, não propiciam o desenvolvimento da autonomia, já que são atividades mecânicas e repetitivas, as quais não contribuem para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e da emancipação do sujeito [...] com relação as barreiras arquitetônicas observou-se que as escolas visitadas não apresentam adaptações em sua estrutura física como rampas, alargamento de portas, banheiros adaptados etc., elementos que garantem a acessibilidade dos alunos que utilizam cadeiras de roda. Portanto, pertinente lembrar que a construção de uma escola inclusiva com vistas a formação da autonomia do educando exige a superação de barreiras arquitetônicas, psicossociais e pedagógicas. (pag.96 e 97)

Tal citação serviu como exemplificação para retratar a realidade de muitas instituições educacionais espelhadas pelo país. Desse modo, pode-se perceber e fazer um paralelo entre essa realidade que muitas escolas se encontram e o que Sassaki (2005) diz, em que acontece com frequência, que é a integração de alunos com deficiências, em que eles apenas estão ali fisicamente, porém não acontece de fato a inclusão deles.

Segundo ribeiro (2009), Lima (2009) e Santos (2009) o desamparo e carência de metodologias que deem a devida assistência aos portadores de deficiência é a ausência de um planejamento específico para que orientem os processos de ensino/aprendizagem dos educadores, um planejamento que seja possível o professor dar assistência turma de modo geral e atender as necessidades de cada estudante. O docente tem que considerar a limitação de seu aluno e executar atividades, avaliações e metodologias diferentes, na qual possa ajudar educandos a participarem de todo processo da sala de aula.

3 CONCLUSÃO

A educação especial é marcada por lutas de pessoas que querem espaço na sociedade, por isso reivindicaram e foram em buscas de direitos que assegurassem

sua inclusão no meio social. É fato que muitos foram os avanços, porém ainda falta muito para que os espaços e pessoas aceitem e incluam pessoas com deficiência, uma vez que os indivíduos acreditam que incluem, quando na verdade fazem apenas a integração desses sujeitos.

A LDB, Constituição Federal de 88, Estatuto da Criança e do Adolescente, declaração de Salamanca, Estatuto da Pessoa com Deficiência e outras políticas públicas, asseguram e garantem educação em ensino regular a todos, visando e objetivando uma sociedade inclusiva e mais justa para o cidadão.

Por meio dessa pesquisa, foi possível entender que a educação especial tem uma história longa, que visa avançar cada vez mais. Portanto, para que de fato se tenha uma educação inclusiva, é preciso começar a saber se a escola, como um todo, oferece recursos materiais, físicos que quebrem as barreiras e também é necessário que haja capacitação para os funcionários do âmbito da educação de fato saberem como atuar com cada estudante com deficiências.

O ato de incluir não está meramente associado ao ato de ter um aluno com deficiências matriculado na escola, como já explanado, isso é integração que consiste em o educando com NEE se esforce para fazer parte do ambiente não recebe apoio e nem adaptação necessária e não tendo acessibilidade. A inclusão abrange todos da sociedade, família, trabalho, ambientes de lazer etc., por isso, a escola, com papel social de transformação, tem uma fundamental tarefa de moldar os indivíduos para que sejam cidadãos que praticam a inclusão e se a escola não for inclusiva, tampouco cumpria sua função social de transformador da sociedade.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Ministério da educação e do desporto, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaatuizada-pl.html>

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

DOMINGUES, Taciano; CAVALLI, Mariana. **Educação especial: historicidade e legislação**. Lins, SP, instituto paradigma, 2009. Disponível em: [Educação Especial: Historicidade e Legislação \(iparadigma.org.br\)](http://Educação%20Especial:Historicidade%20e%20Legisla%C3%A7%C3%A3o(iparadigma.org.br)). Acesso em: 26, novembro de 2022.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos da educação especial**. 1º Edição. Curitiba: Ibpex, 2013

GARCIA, Jesus; GALVÃO, Teófilo. **Pesquisa Nacional de Tecnologia assistiva**. São Paulo: ITS Brasil, 2012

RIBEIRO, Gillianderson; LIMA, Tania; SANTOS, Marilda. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDFUBA, 2009.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7º Edição. Rio de Janeiro: WVA, 2006.